



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO  
Seção de Contratos

## TERMO ADITIVO

**PROCESSO Nº 0010728-98.2022.4.01.8008**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2022**

**CONTRATO Nº 062/2022**

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 062/2022 DE PRESTAÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA, NAS DEPENDÊNCIAS DA JUSTIÇA FEDERAL EM PONTE NOVA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MINAS GERAIS E A EMPRESA CAPE INCORPORADORA DE SERVIÇOS LTDA-EPP.**

A UNIÃO, por meio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MINAS GERAIS**, sediada na Av. Álvares Cabral, nº 1805 - Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CNPJ nº 05.452.786/0001-00, neste ato representada pelo Sr. Diretor da Secretaria Administrativa, o Dr. Raimundo do Nascimento Ferreira, por delegação na Portaria N.10/94-DIREF, de 11/06/2014 e alterações, todas do MM Juiz Federal Diretor do Foro, no uso das atribuições que lhe foram conferidas no artigo 2º, § 2º da Resolução nº 079, de 19/11/2009, do Conselho da Justiça Federal, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **CAPE - INCORPORADORA DE SERVIÇOS LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº **15.312.517/0001-93**, estabelecida na Rua José Maria Rodrigues nº 318, Bairro Lagoa, CEP: 31.578-120, Belo Horizonte/MG, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por sua Sócia Diretora, a Sra. Cristiane Alves Pereira, CPF/MF nº 057.846.746-17, têm entre si justo e avençado e celebram entre si o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas, que passam a integrar o contato:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Com fulcro no artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, o prazo de vigência estipulado na cláusula Dezessete, já prorrogado pelo 2º e 3º Termos Aditivos, fica prorrogado para o período de **03/11/2025 a 03/05/2026**, a fim de garantir a continuidade da prestação de serviços até a conclusão de nova contratação.

§1º O primeiro dia de vigência da prorrogação corresponde ao marco final da vigência anterior, não repercutindo em duplicidade na execução financeira.

§ 2º O fim da vigência poderá ser antecipado na hipótese de conclusão da licitação para a nova contratação, devendo a empresa ser notificada com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 2º Com base no art. 65, II, “d”, da Lei nº 8.666/93, c/c o art. 35, item 1.2, anexo VII-F da Instrução Normativa nº 05/2017-MPDG, é alterado o quantitativo de itens de uniforme em razão da desnecessidade de sua substituição integral no decorrer do período prorrogado.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Com fulcro em sua cláusula Nona, art. 37-XXI da CR; inciso XI do art. 40, art. 55 e inciso II, e § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, promove-se a partir de 12/09/2025 o reajuste dos insumos uniformes, material de limpeza, material de copa, material de limpeza veicular, EPI - COVID, seguro de vida, pela aplicação do percentual de 5,15% correspondente ao IPCA acumulado no período de 12/09/2024 a 11/09/205.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Em face das alterações promovidas pelas cláusulas Primeira e Segunda deste aditivo, o valor mensal do contrato passará de R\$18.517,47 (dezoito mil quinhentos e dezessete reais e quarenta e sete centavos) para:

a) **R\$18.576,96 (dezoito mil quinhentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos)** no período de 12/09/2025 a 03/11/2025;

b) **R\$18.564,40 (dezoito mil quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos)** a partir de 04/11/2025.

**CLÁUSULA QUARTA:** As despesas decorrentes deste aditamento correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Federal, conforme as Naturezas de Despesa 339037-01 e 339037-02 empenhada com créditos do Programa de Trabalho Julgamento de Causas na Justiça Federal – Nacional (PTRES 168312).

**Parágrafo Único:** foi emitida a nota de empenho à conta da dotação orçamentária especificada nesta cláusula, para atender as despesas inerentes à execução deste contrato no exercício em curso, correndo as despesas dos exercícios subseqüentes à conta das respectivas dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA QUINTA:** A Contratada deverá providenciar a garantia para o período prorrogado, na forma da cláusula Treze do contrato, observando o novo valor estabelecido pela Cláusula Terceira deste aditivo.

**CLÁUSULA SEXTA:** Fica assegurado à CONTRATADA o direito à repactuação/reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, na ocorrência dos fatos previstos na Cláusula Oitava do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, de acordo com o prescrito no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993.

Estando justos e contratados, ratificam as demais cláusulas e condições do contrato, assinando o presente termo digitalmente, para um só efeito.

**RAIMUNDO DO NASCIMENTO FERREIRA**  
Diretor da Secretaria Administrativa da  
Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais

**CRISTIANE ALVES PEREIRA**  
**Representante Legal de**  
**CAPE - Incorporadora de Serviços Ltda-EPP**

*assinado digitalmente*



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo do Nascimento Ferreira, Diretor(a) da Secretaria de Administração do Foro**, em 23/10/2025, às 19:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE ALVES PEREIRA, Usuário Externo**, em 24/10/2025, às 14:07, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1473987** e o código CRC **E126CE5D**.